

O Estado laico e as confissões religiosas

*Assunto de homens,
as religiões
são também
um sistema de poder.
E de poderes
de Estado
desde que há Estados
à face da Terra.*

Bom dia e muito obrigado pelo convite. Uma primeira observação: ainda bem que o professor Jónatas Machado disse o que disse, porque se fosse eu a dizê-lo seria razão para desconfiar. A sua comunicação, que eu subscrevo em traços gerais, arruma uma série de problemas que poderia referir. Acontece que se o fizesse, poderia ser acusado de anti-religioso dada a minha condição de ateu. Sucede que não só não sou anti-religioso – apesar de ateu – como penso que as religiões constituem um importante património das civilizações.

O que me leva a uma segunda observação: as religiões fizeram do melhor e do pior na história da Humanidade. Basicamente, as religiões – e este é o ponto – não são um assunto de deuses, mas de homens. Porque assim é, a religião é um sistema de crenças e um sistema de cultos como bem assinalou o professor Braga da Cruz. Mas isto não chega. Porque assunto de homens, as religiões são também um sistema de poder. E de poderes de Estado desde que há Estados à face da Terra.

Terceira observação eventualmente polémica: entre os não religiosos está muito difundida a ideia de que a religião é um assunto privado de cada um e que a liberdade religiosa serve para garantir essa privacidade. Também serve. Mas sou dos que pensam que esta é uma visão estreita do problema, até porque a melhor dimensão religiosa, nomeadamente na tradição judaico-cristã, é aquela que se não reduz ao «acreditar ou não acreditar na existência de Deus». Por outras palavras, a melhor tradição religiosa é a que encontra nesta um suplemento de sentido para a vida e assim encontra forças para, neste mundo e por este mundo, se bater contra as injustiças. É exacta-

Miguel Portas
Bloco de Esquerda

mente porque são religiosas, que sentem o combate às injustiças como um imperativo ético – um imperativo associado à sua maneira de estar no mundo. E neste sentido, a religião não pode ser entendida como uma mera questão privada.

Daqui não chego, contudo, à ideia de que a religião seja um direito de terceira geração como sustentou o professor Braga da Cruz. Simplesmente defendo que a religiosidade deve ser lida no cruzamento entre uma dimensão privada e a sua natureza de fenómeno social complexo.

O que me leva a uma quarta observação: enquanto fenómeno social, ela, a religião, tem implicações políticas claras. Jamais criticarei a Conferência Episcopal por – por exemplo, por fazer comunicados sobre assuntos de vida em sociedade. Nem alguma vez a criticarei por emitir opiniões políticas. Acho é que a partir do momento em que as emite se põe a jeito e, por isso, vamos à discussão. Ninguém se pode sentir acima da discussão desde que entre nela.

Já me preocupa, aí sim, que uma qualquer confissão religiosa procure impor a sua verdade por via do Estado ao conjunto dos cidadãos que vivem nesse Estado. Este é para mim o problema. Ou seja, se a defesa da laicidade não é, para mim, uma simples defesa da privacidade da religião, também me parece evidente que a sua necessidade que decorre da sociedade e dos estados democráticos se deverem defender das confissões enquanto instituições de poder – esse assunto de homens. E digo isto porque a nossa história, a história da Humanidade, não tem sido outra coisa senão uma história feita por estados religiosos e por religiões de estado. É disto temos que falar ainda hoje, porque essa História é ainda o presente em grande parte do planeta.

No mundo islâmico os estados assumem-se como estados religiosos em versões mais ou menos temperadas e destemperadas. Israel é também um estado teocrático. Em todos eles vigora uma unicidade fundamental entre o além e o que cá está: encontramos-nos ante a ideia de que o

Estado não só não é neutro, como é parte integrante de uma concepção unitária e unicitária da vida social. Distó me distancio radicalmente.

A versão temperada é a das religiões de estado. É uma situação que, com gradações muito específicas, tivemos em Portugal durante o Estado Novo. De facto, a Religião Católica era na prática e por via de um acordo concordatário, a religião do Estado. Ou seja, o estado não fazia leis com que a Igreja não concordasse ou consentisse e, inversamente, a Igreja portava-se bem face ao Estado. Neste tipo de contexto estamos ante confissões que sendo proselitistas, entendem que o Estado deve ser um instrumento do seu próprio proselitismo. Nem todas as religiões são proselitistas. Nomeadamente, na tradição asiática existem várias confissões assumidamente não proselitistas. Mas esse não é o caso das religiões do Livro, da tradição monoteísta do Deus único e da cultura mediterrânica. A tradição e a história desta cultura é a do proselitismo. E portanto, é também a partir daqui que devemos raciocinar sobre isto.

Sendo indispensável a defesa da liberdade religiosa, não penso que ela deva ser associada a um direito de terceira geração. Um direito de terceira geração é o direito à educação. Um direito de terceira geração é o direito à saúde, sem adjectivos. Aquilo a que o Estado se obriga é a prestar saúde a toda a gente, é a garantir que na saúde que se presta possa existir, sim senhor, uma pessoa que proporcione assistência de natureza moral e religiosa a quem o deseje – não tenho a menor dúvida nisso. Mas isto não é o mesmo que pendurar cruzes nas paredes.

Expliquemo-nos melhor: a implantação das religiões nos países mais não são do que produtos da História. As preocupações das pessoas e as inseguranças que as levam a uma religião são basicamente as mesmas, independentemente da confissão religiosa que abracem. A razão porque um homem na Beira é católico e em Zanzibar é muçulmano, raramente tem a ver com a formação de uma opinião

informada. A sedimentação histórica que ocorreu neste ou naquele território é que determinou que uma igreja tivesse suplantado as outras. É esta não é, propriamente, a razão de uma escolha livre. Também por isto, se eu estou num serviço público, obviamente que não tenho, sendo ateu, que ter ali a cruz. Pessoalmente, até não me importo, não é por aí que vem o mal ao mundo. Mas pode haver – e há – quem assim não pense. E bastaria que apenas um cidadão se sentisse ofendido para que ao Estado competisse defendê-lo e não à maioria. Parece «especioso». Sucede que o simbólico é uma dimensão da vida e o simbólico nunca é «especioso», é ele que conforma o modo como vivemos em sociedade. Dei um exemplo muito simples. Defendo paredes nuas e garantia de assistência e direito de uso privado de cruz, seja no hospital seja na escola.

A hipótese inversa é muito complicada e avanço com um caso bem interessante e muito comentado: em França o estado decidiu proibir as raparigas de famílias islâmicas de irem de *tchador* para as aulas. Se estivesse em França seria absolutamente contrário a tal medida. Procurar limitar o direito de uma pessoa ir para a escola do modo como a sua construção identitária determina, é um absurdo neste mundo complexo onde as cidades são habitadas por múltiplas comunidades que não podem viver separadamente e de costas viradas umas para as outras. Processos de integração forçada de pessoas e comunidades nas regras da comunidade maioritária são meio caminho andado para as desgraças. Quando se tentam resolver por decreto as diferenças culturais, é pior a emenda que o soneto. Essas raparigas podiam ir à escola de *tchador*. Sem ele, deixam pura e simplesmente de ir à escola... que preferis?

Estamos a tratar de questões muito importantes da vida. Ora bem, a defesa da separação entre o estado e a religião implica também mudanças do lado da Igreja. A Igreja não pode defender a laicidade apenas em palavras. Os casos do aborto e do preservativo são evidentes: é legítimo que

uma confissão religiosa diga aos seus crentes «em caso algum podem interromper voluntariamente a gravidez». Inteiramente legítimo. Mas será legítimo que essa confissão queira impor a sua convicção como política de Estado, válida para quem tem essa confissão e para quem não a tem?

Esta interrogação leva-me a uma derradeira reflexão: enquanto uma igreja entender que a interrupção voluntária da gravidez deve ser proibida por lei, eu não consigo acreditar que essa igreja seja defensora da separação clara entre o Estado e a religião. Não é, infelizmente, um problema de fé. É mais complexo, porque a melhor tradição judaico-cristã é a que defende que uma igreja para ser livre, deve ser livre do Estado. Mais, que uma igreja só pode ser livre enquanto comunidade na exacta medida em que seja livre do Estado. Sucede que esta linhagem profética de pensamento, que desde os tempos antigos recusa o poder de Estado porque o seu preço é o da destruição do próprio sentido da religião, em regra não vingou.

O *tchador* foi um instrumento de libertação da mulher. Hoje é um instrumento de condicionamento da mulher. O *tchador* deu a possibilidade às mulheres muçulmanas de não serem violadas na rua, durante o cerco que Meca fez a Medina. Distinguiu essas mulheres das escravas que na tradição árabe pré-islâmica podiam ser tomadas na rua. Maomé, quando faz o compromisso do *tchador*, deu às mulheres escravas a possibilidade de, aderindo ao Islão, deixarem de ser escravas. O Islão não admitia escravos entre os seus, num tempo em que os cristãos sim. Esta é uma história de libertação. E, no entanto, hoje toda a gente sabe que o *tchador* é um instrumento de sujeição da mulher a um poder masculino. As religiões mudam e o próprio sentido das coisas mudam, exactamente porque estamos ante uma religião de homens numa história de homens e não ante uma história sagrada, o que me leva ao último tópico para debate: a educação religiosa neste contexto. Sou favorável a uma presença mais significativa do estudo

da importância que as religiões tiveram e têm no desenvolvimento das civilizações, ao nível das diferentes disciplinas curriculares de ensino secundário. Sou também favorável a uma abordagem mais ampla e universalista do fenómeno religioso no nosso ensino. E do fenómeno religioso na pluralidade das suas confissões. Nós sabemos muito pouco de religiões, quando muito sabemos da nossa quando a temos. Seria bem interessante alargar os horizontes do pensamento crítico a este nível. Já sou no entanto contrário à possibilidade da inclusão curricular de aulas confessionais.

Tive excelentes padres em religião e moral. Magníficos professores. Tive sorte. Já era ateu e continuei a ir às aulas e um deles até me dava dispensa porque na altura essas aulas eram obrigatórias. Mas não queria, aquelas eram das aulas que eu gostava. Foi o meu caso mas ele não deve ser confundido com a questão de fundo. A ideia de cada religião ter a sua aula curricular e o seu professor pago é uma ideia ótima para manter as relações de força que caracterizam as diferentes confissões em cada país. Ou seja, quem tem mais força, mais força continua a ter, porque goza da vantagem adquirida. As outras não ficam descontentes porque passam a ter qualquer coisinha. O truque é este, é um truque em que o Estado define o que é o direito e o não direito religioso num equipamento público.

E eu pergunto? O Estado tem que se ocupar dos assuntos do Senhor ou, de facto, os assuntos do Senhor não são outra coisa senão assuntos do homem? Se me disserem que precisamos de uma escola que – para lá de matéria curricular bastante menor do que temos hoje em dia – esteja aberta a diferentes programas e iniciativas não curriculares que suscitem os interesses dos alunos em áreas de natureza política, cultural ou religiosa, serei o primeiro a concordar. Se a nossa escola em vez de armazém, em vez de 35 horas semanais de aulas mais não sei quantas de marranço, tivesse cargas lectivas de 20 ou 25 horas e libertasse outras tantas para diferentes modos de ocupar o tempo, então aí eu diria: venham cursos de católicos, protestantes, de ismaelitas ou sunitas, venham hindus e confucionistas, venham cursos organizados por grupos de professores ou professores e alunos sobre diálogo inter-religioso, venha tudo isso. Venha isso, como venham outros interesses, tudo o que possa fazer dos nossos armazéns de alunos uma comunidade de saberes múltiplos e invenção de cidadania. Desta escola precisamos. Mas essa, convenhamos, não é a escola que dá confiança aos pais católicos que querem que os seus filhos tenham um ensino católico. Esse é o acompanhamento que pode ser dado na catequese. Façam nas igrejas catequese interessante e o problema é resolvido desse modo.